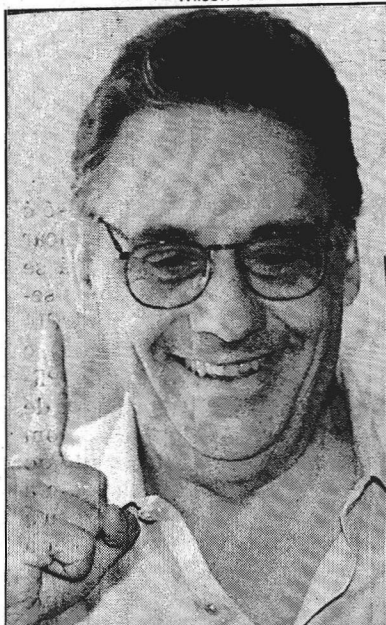


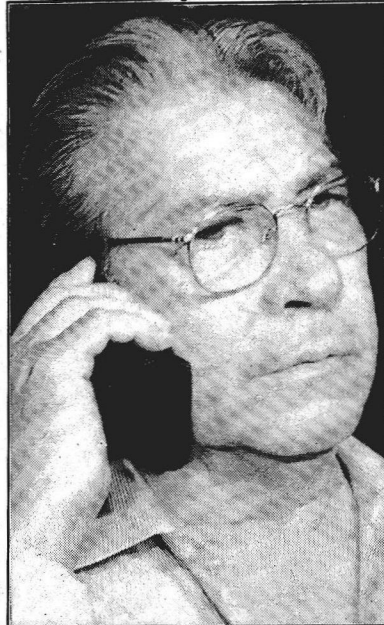
FINANÇAS PÚBLICAS

Wilson Pedrosa/AE-4/8/94



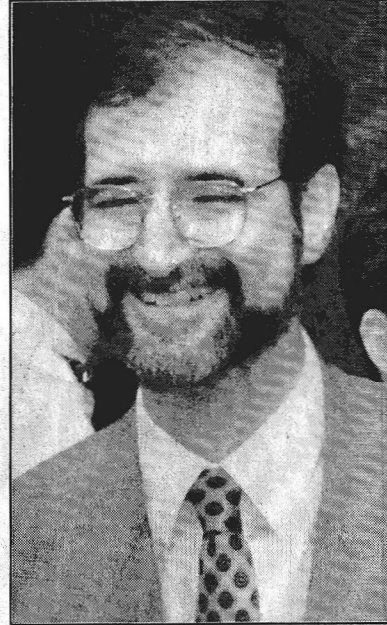
Cardoso: apelo a governadores

Agliberto Lima/AE-11/10/94



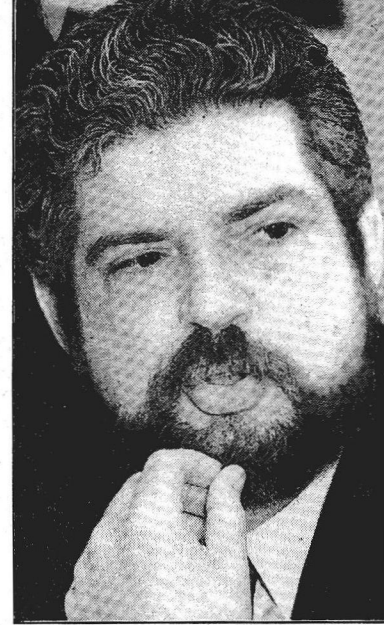
Covas: privatização anunciada

Divaldo Ferreira/AE-4/10/94



Azeredo: resposta evasiva

Denise Camargo/AE-22/3/93



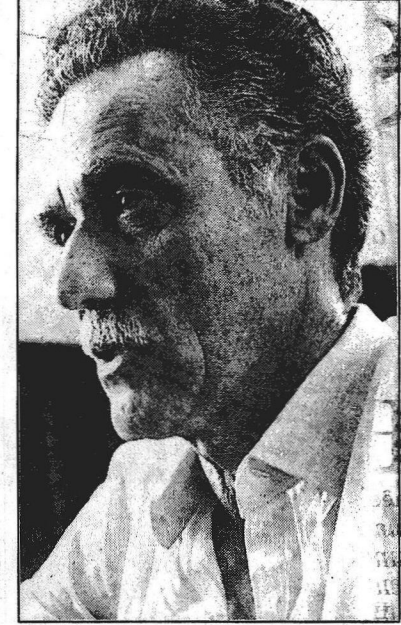
Antônio Britto: "Pedi estudos"

Ricardo Chaves/AE-7/1/89



Arraes: "Interesses sociais"

AE



Wilson Martins: "Revitalização"

Novos governadores vão resistir a ajuste

Com exceção de Covas, maioria dos eleitos ameaça reagir contra medidas prometidas por presidente eleito contra bancos e dívidas dos Estados

JOSÉ CASADO

Vai ser muito mais difícil do que o presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso, poderia imaginar: os novos governadores não gostaram e prometem resistir à idéia de venda de ativos estaduais — o que incluiria privatização de empresas e bancos —, para resolver o rombo nas finanças dos Estados, que já ultrapassa R\$ 22 bilhões apenas em títulos podres espalhados pelo mercado financeiro nacional.

A exceção é o tucano Mário Covas, eleito em São Paulo, que menos de 24 horas depois de abertas as urnas anunciou sua disposição de vender estatais do setor energético, como a Companhia Paulista de Força e Luz

(CPFL). Ele vai governar, a partir de janeiro, um buraco financeiro equivalente a tudo o que o País gastou em duas décadas para construir a usina hidrelétrica de Itaipu, a maior do planeta. Assumirá com o principal agente financeiro do Estado, o Banespa, imerso em uma crise de liquidez sem precedentes.

A cena política paulista ganhou um tom irônico: por anunciar a venda de ativos do governo paulista, o senador Covas, que com frequência tem sido criticado no Congresso por defender idéias estatizantes, se transformou nesta semana no alvo central de seus aliados habituais, sobretudo os do Partido dos Trabalhadores. O PT, que se empenhou na eleição de Covas na terça-feira, agora anuncia a intenção de

"bater pesado" em seu governo, na Assembléia Legislativa, caso não mude de idéia até a posse, em 1º de janeiro.

Entre os novos governadores, Covas ficou isolado na sintonia com o projeto de "saneamento das finanças do setor público" esboçado por Fernando Henrique Cardoso, em discurso na quinta-feira. O presidente eleito anunciou "um conjunto de medidas" sobre a dívida pública interna, com o argumento de que "serão tomadas porque é imperioso tomá-las".

Nem tanto, acham governadores recém-eleitos em Estados com grandes rombos financeiros, como é o caso de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, aliados de Cardoso.

O mineiro Eduardo Azeredo (PSDB) optou por desconversar, quando consultado se venderia ativos do Estado para resolver a dívida estadual: "Essa proposição deve ser analisada à luz das circunstâncias concretas de cada

um." E evitou comentar as circunstâncias em que deve assumir o poder em Minas.

A mesma trilha foi escolhida pelo gaúcho Antônio Britto (PMDB). "Pedi estudos mais aprofundados", respondeu, lacônico, sobre a possibilidade de privatização do Banco Meridional. A venda ao setor privado está prevista nos estatutos do próprio banco estadual. E já chegou a ser anunciada, meses atrás.

Mais objetivo é Miguel Arraes (PSB), eleito em Pernambuco. Para ele, a venda de qualquer ativo estadual com o objetivo de resolver rombo financeiro não passa de uma idéia "desastrosa". Argumenta: "O Estado precisa dispor de instrumentos que, sem paternalismo, atendam aos interesses de todos os setores sociais."

Há aqueles que admitem uma situação de "sérias dificuldades" no banco de seu Estado, como é o caso de Valdir Raupp (PMDB), eleito em Rondônia. Mas, ainda assim, ele resiste: "Privatizar,

não." E a dívida estadual? Diz que não é com ele: "Quero deixar o passado com a Justiça e o Tribunal de Contas. Quero me preocupar mais com o meu governo, pois não é fácil governar um Estado como Rondônia."

E há, ainda, os que não apenas rejeitam a idéia de privatização, como aproveitam para anunciar uma "revitalização" das empresas estaduais que há anos acumulam prejuízos. "Minha decisão é dar prioridade aos órgãos públicos e empresas estatais", resume Wilson Barbosa Martins (PMDB), eleito no Mato Grosso do Sul.

Outros, como Neudo Ribeiro Campos (PTB), eleito em Roraima, afirmam simplesmente desconhecer o quadro de penúria financeira que irão administrar, assim como eventuais dificulda-

des pelas quais está passando o agente financeiro do Estado. Roraima pertence à categoria de unidades da Federação cujos cofres dependem, essencialmente, dos repasses de verbas federais. E o banco estadual, Baner, já acumula um passivo trabalhista que compromete sua estabilidade.

Esses governadores, porém, têm mais coisas em comum. Uma delas: programam encontros individuais com o presidente eleito, nas próximas semanas, para pedir ga-

rantia de socorro financeiro do futuro governo às suas administrações.

**ALGUNS
DIZEM
DESCONHECER
CRISE**

■ Colaboraram Paulo Assunção (Minas Gerais), Angela Lacerda (Pernambuco), Cesar Guedes (Rondônia), João Naves de Oliveira (Mato Grosso do Sul) e Plínio Viçente (Roraima)